

# ABC DO PAISAGISMO

**JEANINE MAFRA MIGLIORINI**  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# ABC do Paisagismo

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

#### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
M634a	Migliorini, Jeanine Mafra. ABC do paisagismo [recurso eletrônico] / Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-37-6 DOI 10.22533/at.ed.376182609  1. Arquitetura paisagística. I. Título.  CDD 712.2
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Paisagem é um termo bastante abrangente, uma vez que tudo que vemos diante dos olhos é uma paisagem; paisagismo é uma ciência que busca ordenar o ambiente externo vivido pelo homem. Ao discutirmos a paisagem podemos falar das tendências do paisagismo residencial ou comercial, mas também falamos do urbano, das praças e parques, da paisagem constituída pelas edificações, em várias escalas possíveis de abordagem, o que torna o tema tão amplo e interessante.

Uma paisagem pode ser analisada através de sua transformação ao longo da história, que é testemunha da constante mudança em sua estrutura, uma vez que paisagem não é estática. São camadas de história diante de nossos olhos, que muitas vezes passam despercebidas pela correria diária.

A paisagem urbana se modifica com grandes eventos, como a inserção de um novo equipamento urbano, entretanto as pequenas transformações diárias também representam significativas interferências paisagísticas, e nos levam ao cenário atual, que amanhã será diferente e no próximo mês também, assim sempre estaremos diante de uma nova paisagem.

Analisar essa realidade, quer seja através da história, da atualidade ou de possíveis cenários futuros nos coloca como atuantes do espaço que vivenciamos diariamente, e com ferramentas para tomarmos decisões e interferirmos, se necessário, para manter, ou retomar a qualidade desta paisagem.

Neste livro apresentamos reflexões sobre as transformações históricas das paisagens e quais as consequências e a atual realidade encontrada. Também são abordadas as questões referentes às gestões participativas na construção desta paisagem. Como determinadas vegetações se encontram e devem ser cuidadas e preservadas nas cidades. Além de apresentar uma discussão acerca de o paisagismo religioso, ou seja, classificação do espaço a partir de características comuns que definem uma identidade.

As discussões são bastante amplas, assim como a temática do tema, entretanto são necessárias e pertinentes para a formação de indivíduos conscientes de seu entorno, e aptos a interferir e modificar as paisagens que nos cercam.

Boa leitura, que as reflexões despertem seu olhar para as paisagens que lhe cercam!

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A INSERÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO EM ARAGUARI-MG: TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM ENTRE 1823 E 1950	
<i>Lucas Martins de Oliveira</i> <i>Eugenio Fernandes Queiroga</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
UMA AVENIDA, UMA CIDADE, MUITAS TRANSFORMAÇÕES: JUIZ DE FORA, 1836 – 2016.	
<i>Tiago Goretti Ribeiro</i> <i>Antonio Ferreira Colchete Filho</i> <i>Victor Hugo Godoy do Nascimento</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A INFRAESTRUTURA VERDE NO ENSINO DO PROJETO DA PAISAGEM URBANA: REALIDADE E PROSPECÇÕES	
<i>Andrea Queiroz Rego</i> <i>Aline Pires Veról</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>43</b>
EXPERIÊNCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA QUALIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS: A REFORMA DA PRAÇA DO PESCADOR – SÃO LUÍS-MA	
<i>Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira Thompson</i> <i>José Aquiles Sousa Andrade</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
O DESENHO DO ESPAÇO LIVRE NA ESCALA DO BAIRRO A PARTIR DE PROBLEMATICAS AMBIENTAIS: ESTUDO DE CASO DO RESIDENCIAL TARUMÃ – MARINGÁ, PR	
<i>Paula Rocha do Amaral Marino</i> <i>Karin Schwabe Meneguetti</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>71</b>
APREENSÃO DA FORMA URBANA E DA DINÂMICA SOCIAL EM CENAS URBANAS COTIDIANAS: PENSAR A CIDADE NO FUTURO.	
<i>Antonio Colchete Filho,</i> <i>Camila Caixeta Gonçalves,</i> <i>Fabrcício Teixeira Viana,</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>81</b>
SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA MÉTODO DE ANÁLISE DE ESPAÇOS LIVRES DE CURITIBA	
<i>Luciana Evans Romanus</i> <i>Silvio Soares Macedo</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>99</b>
A HERA VENENOSA E O ESPAÇO CIDADINO CONSTRUÇÃO DE MÉTODOS PARA ANÁLISE DE FITOPATOLOGIAS URBANAS	
<i>Matheus Maramaldo Andrade Silva</i>	

**CAPÍTULO 9 ..... 116**

MATA DO KRAMBECK NA CIDADE DE JUIZ DE FORA, MINAS GERAIS: CICLOS DE UMA HISTÓRIA DE RESILIÊNCIA

*Lucas Abranches Cruz*  
*Patricia Menezes Maya Monteiro*  
*Frederico Braidá*  
*Antonio Colchete Filho*

**CAPÍTULO 10 ..... 128**

PAISAGISMO RELIGIOSO: PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ, UM PATRIMÔNIO CULTURAL E GEOLÓGICO PRESENTE NAS TRADIÇÕES AFRODESCENDENTES DA CIDADE DE SALVADOR-BA

*Maria Alice Pereira da Silva*  
*José Augusto Saraiva Peixoto*  
*Cássio Marcelo Castro*  
*Sérgio Magarão de Figueirêdo Júnior*

**SOBRE A ORGANIZADORA..... 142**

## EXPERIÊNCIA DA GESTÃO PARTICIPATIVA NA QUALIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS NA FORMAÇÃO DE ARQUITETOS E URBANISTAS: A REFORMA DA PRAÇA DO PESCADOR – SÃO LUÍS-MA

**Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira  
Thompson**

Universidade Ceuma  
São Luís – MA

**José Aquiles Sousa Andrade**

Fundação Municipal de Patrimônio Histórico  
Universidade Ceuma  
São Luís – MA

**RESUMO:** A aproximação dos alunos de arquitetura e urbanismo de realidades urbanas que envolvam fatores sociais, econômicos e culturais significativos para a transformação e apropriação sustentável dos espaços públicos apresenta-se como a melhor estratégia para que se alcance resultados mais positivos na formação acadêmica. Propõe-se, então, um processo de qualificação de um espaço livre, considerando a transformação do seu significado por meio da participação da comunidade, da Universidade e de outras instituições públicas. A proposta de qualificação incluiu jovens e crianças moradores dos bairros do Desterro e Portinho, que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano e constituem parte do conjunto arquitetônico colonial de São Luís do Maranhão, reconhecido, desde 1997, como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O trabalho se desenvolveu a partir da

cooperação entre Instituições públicas e o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade CEUMA, da discussão dos principais conflitos que se apresentavam no logradouro, da participação na elaboração da proposta de desenho da paisagem e no acompanhamento do projeto de reforma da praça, de oficinas de educação patrimonial com a comunidade e da elaboração coletiva de um painel de arte urbana com elementos gráficos que representassem o bairro. Sendo assim, o processo resultou em uma experiência acadêmica que possibilitou a compreensão da complexidade de fatores que influenciam na transformação da paisagem das cidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** comunidade, qualificação, inclusão social.

**ABSTRACT:** The learning approach of architecture and urbanism students working in urban realities with significant social, economic and cultural factors in rehabilitation and sustainable appropriation of public spaces presents itself as the best strategy for achieving better results in academic formation. Then, it proposed a qualification process of an open space, considering changing of its meaning by community participation, the University and some public institutions support. The qualification proposal included teenagers and children who live in the Desterro and Portinho

neighborhoods. Those places with low levels of human development indicators are part of the colonial architectural complex of São Luís of Maranhão, recognized since 1997 as World Heritage by the United Nations Education, Science and Culture. A cooperation between public institutions and the Faculty of Architecture and Urbanism at the course of the CEUMA University made the work possible, discussing the main conflict problems founded in the street. There was community and students participation in the elaboration of the proposal of landscape design and in the follow-up of the plaza's renovation project. Some heritage education workshops with the community aimed to the collective elaboration of an urban art panel with graphic elements representing the neighborhood. Thus, the process resulted in an academic experience that allowed understanding of the complexity of factors influencing the transformation of city landscape.

**KEYWORDS:** community, qualification, social inclusion.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os bairros do Desterro e Portinho surgiram em torno da Igreja de Nossa Senhora do Desterro (Figura 01) e das atividades pesqueiras desenvolvidas às margens do Rio Bacanga, sendo uma continuidade do Bairro da Praia Grande com construções residenciais ou de uso misto datadas do século XIX.



Figura 01: Igreja de Nossa Senhora do Desterro

Fonte: Própria, 2016

Até o início do século XX, a relação deste sítio com o rio e a baía era bastante estreita, tendo se perdido esse caráter de ocupação com a construção de sucessivos aterros que deram origem a grandes avenidas.

Com o advento da criação de novos eixos de expansão da cidade de São Luís e do processo de evasão populacional destes bairros, o Desterro e o Portinho apresentaram grande quantidade de imóveis abandonados pelos antigos proprietários, que foram ocupados irregularmente por famílias carentes de moradia em áreas próximas ao centro.

Conforme cadastro realizado pela Fundação Municipal do Patrimônio Histórico

em 2014, 340 famílias de baixa renda habitavam os bairros do Desterro e Portinho, ocupando irregularmente estes imóveis abandonados e sem condições adequadas de salubridade.

Sendo assim, a FUMPH, autarquia da Prefeitura de São Luís - MA desenvolveu nos últimos 10 anos, ações de apoio a estas famílias, articulando-se com a União dos Moradores do Centro Histórico e com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), no intuito de torná-las parte essencial do Programa de Revitalização deste núcleo urbano. No entanto, o esvaziamento destes conjuntos históricos é um fator importante de redução da qualidade ambiental urbana, ressaltando-se a degradação acelerada de alguns trechos do Centro, principalmente das áreas onde ocorrem algumas atividades relacionadas à cadeia produtiva da pesca, no caso específico destes bairros de São Luís. O complexo dos bairros do Portinho e Desterro, que apresentam uma grande quantidade de equipamentos relacionados a estas atividades sofreram com o pouco alcance das políticas públicas nos últimos anos, apesar de ações de fomento à habitação de interesse social desenvolvidas pela FUMPH, conforme é notado nas obras de reforma presentes nas figuras 02 e 03.



Figura 02: Obra de reforma e adaptação para habitação na Rua da Palma, Desterro

Fonte: Própria, 2016



Figura 03: Obra de reforma e adaptação para habitação na Rua do Giz, Desterro

Fonte: Própria, 2016

Sendo assim, do mesmo modo, algumas áreas livres foram ocupadas irregularmente e, sem a devida gestão, tornaram-se espaços de exclusão e realização de ilícitos que dificultavam o processo de revitalização do Centro Histórico. Em se tratando deste fenômeno urbano, a Praça do Pescador foi uma área livre desenvolvida em um período em que se realizou um conjunto de obras estruturantes no Centro, durante a década de 80 do século XX. Com o intuito de se dar apoio ao Mercado do Peixe, projeto realizado dentro do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, mais conhecido como “Projeto Reviver”, essa praça foi construída abrigando alguns pequenos boxes com destinação comercial e espaços de recreação e lazer contemplativo. No entanto, a Praça do Pescador do Portinho tornou-se um espaço

que acolheu bares e restaurantes irregulares com registros frequentes de ocorrências policiais nos últimos 15 anos. Conforme a Polícia Militar, cerca de 42 assassinatos ocorreram neste período, além de serem recebidas denúncias constantes do Conselho Tutelar sobre casos de prostituição infantil nestes estabelecimentos. A partir de solicitações realizadas pela comunidade organizada ao Núcleo Gestor do Centro Histórico, a Prefeitura de São Luís realizou o processo de notificação destes estabelecimentos irregulares e iniciou o processo de transformação da área com o apoio do IPHAN e do Escritório Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade CEUMA. Este trabalho foi uma oportunidade de realizar ações de fortalecimento de aspectos relacionados à identidade dos moradores e requalificação de uma área livre com a participação da comunidade, realizando-se a integração de acadêmicos de arquitetura ao processo, como experiência extracurricular de ressignificação da imagem urbana.

Esse trabalho nasceu do imperativo de divulgação e da crescente inquietação frente aos desafios colocados, atualmente, ao desenvolvimento urbano no Brasil, frente as dificuldades encontradas dentro de um contexto de segregação sócio espacial e de problemas quanto ao agenciamento do espaço público e do espaço livre. Coloca-se ainda dentro de uma proposta antiga, mas legalmente recente, de assistência técnica para comunidades e famílias de baixa renda, a chamada Lei de Assistência Técnica (BRASIL,2008), a qual permite que organizações não governamentais e instituições de ensino na forma de escritórios–escolas possam participar na elaboração de projetos arquitetônicos e de urbanismo. No entanto, esta proposta específica articulada entre entes públicos e privados no Centro Histórico de São Luís não se resumiu à elaboração das pranchas arquitetônicas, mas se confirmou como uma experiência de reconhecimento dos problemas de gestão pública do processo de construção dos espaços livres urbanos e proposta de uma alternativa para a solução destes problemas, fomentando-se a participação da comunidade (Figura 04).



Figura 04: Vista da Praça do Pescador antes da reforma, a partir da Avenida Vitorino Freire, Desterro.

Fonte: Própria, 2016

Esse trabalho colocou em voga a complexidade da produção contemporânea

no Brasil, permitindo os alunos conhecerem a função social da cidade, atrelada à qualidade dos espaços públicos e ainda a estratégias de apropriação desse mesmo espaço, tendo como marco a importância da criação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) como termo legal para a função social da propriedade e da cidade.

Assim, observa-se que a discussão é norteadada pelo entendimento da importância da criação do Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) como marco legal para a compreensão da função social da propriedade e da cidade. Observa-se no Estatuto da Cidade o esforço em tornar o espaço urbano um ambiente sustentável; e no que diz respeito a essa definição, trata-se de tornar a cidade, de maneira geral, sustentável do ponto de vista ambiental, econômico e, sobretudo, social, haja vista a segregação socioespacial historicamente respaldada desde o tempo do Brasil Colônia e reafirmada ainda durante o Império e a República (MARICATO, 2000). Nessa perspectiva, destaca-se a importância de se tentar diluir, ou minimizar, as diferenças existentes na cidade, por meio de ações que possam torná-la socialmente mais justa.

Portanto, os alunos puderam entender a importância da intervenção para a inclusão e convívio no espaço urbano de uma parcela da população, excluída social e economicamente, como forma de ajudar no processo de construção da cidadania, por meio do trabalho em comunidade e da qualificação do espaço livre.

Além disso, reforçou a importância do olhar sobre a alteridade, por parte dos estudantes, na sua formação profissional, a qual não deve prescindir de uma perspectiva social: trabalhar para o outro, tentando entender os motivos e os desdobramentos das situações vivenciadas por aqueles que passam então a ser seus clientes.

Dessa maneira, primeiramente o trabalho levanta os fatores de influência no desenvolvimento da proposta, apresentando dados socioeconômicos, a situação de vulnerabilidade do bairro, o público-alvo, os limitadores e facilitadores do projeto, entre outros.

Em seguida, apresenta o processo de construção da proposta como experiência acadêmica, relatando os materiais e métodos. E por fim, apresenta os resultados obtidos enquanto experiência acadêmica e verificação da plena utilização da praça pela comunidade.

## **2 | LEVANTAMENTO DOS FATORES DE INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO**

O processo de desenvolvimento do projeto da Praça do Pescador se mostrou uma experiência cujos maiores diferenciais para as instituições envolvidas foram os fatores de naturezas diversas que foram apresentados aos discentes como seus limitadores. Deste modo, entre estes fatores, pode ser citada a imersão dos alunos em uma realidade social diversa daquela encontrada no seu cotidiano, confrontando-se com uma dinâmica territorial que suscitou, no mínimo, uma dúvida em relação a efetividade das suas ações na comunidade. Eram estudantes, em sua maioria, provenientes

da classe média de renda alta, inseridos em um contexto de vulnerabilidade social, onde tinham que lidar em atividades fins, como levantamento da área, em meio ao remanejamento pela Prefeitura dos ocupantes com atividades irregulares na praça: usuários de drogas, moradores de rua e aliciadores de prostituição infantil.

Além disso, os questionamentos dos alunos quanto ao remanejamento daqueles ocupantes esclarecendo-os sobre as políticas públicas que poderiam estar envolvidas neste remanejamento tornou-se uma excelente oportunidade de esclarecer sobre as competências da Saúde, da Segurança Pública e da Assistência Social na gestão urbana.

Do mesmo modo, é importante destacar que o sítio da intervenção se configura como uma área livre sujeita a Lei Federal – cujo tombamento federal em conjunto é formalizado pelo processo 454-T-Inscrição no 513 do Livro de Belas Artes/ Inscrição no 64 do Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico - março/1974, que tomba o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís –, e Estadual de Tombamento de conjunto (figura 05) –, cujo tombamento estadual em conjunto é formalizado pelos decretos estaduais nº 10.089 de 16/12/1986 e nº11.591 de 29/11/1990 –, por se encontrar em área de proteção do Patrimônio Histórico Estadual e em vizinhança imediata da área de proteção do Patrimônio Histórico Federal. Deste modo, a discussão sobre o respeito aos critérios de preservação que estavam envolvidos na elaboração do projeto de reforma, levaram os alunos à escolha das melhores estratégias de adequação da arquitetura paisagística ao caráter do conjunto histórico tombado. Assim, a experiência vivenciada pelos alunos carregou uma reflexão sobre as normas de preservação e conservação do patrimônio histórico também. A própria relação dos alunos com o órgão federal de proteção deu-se de maneira bastante favorável, a partir de uma articulação institucional que permitiu aos alunos apresentarem os resultados dos seus esforços ao IPHAN, sujeitando-os às críticas dos técnicos deste instituto e discussão das escolhas realizadas.



Figura 05: Demarcação de áreas de tombamento nas esferas estadual, federal e mundial.

Fonte: Própria. Montado a partir do Google Earth, 2016

No entanto, frente às dificuldades, observa-se como facilitador do processo a motivação dos alunos em participar. Os cinco alunos que participaram do processo de construção do projeto são alunos que sempre apresentaram uma postura crítica no ambiente acadêmico em relação a forma como o espaço urbano se produz e reproduz, entendendo a importância da atuação do arquiteto na mudança de uma dada realidade. Soma-se ainda o fato de um dos professores envolvidos no desenvolvimento da proposta ser o presidente da Fundação Municipal de Patrimônio Histórico, o que facilitou o aparecimento da oportunidade do termo de cooperação entre esta autarquia municipal e a Universidade CEUMA, propiciando a interlocução entre estas instituições.

Interessante ressaltar a receptividade na universidade, onde, na comunidade acadêmica de forma geral, formada por professores e alunos, a experiência tornou-se um exemplo a ser seguido, com alunos relatando que “Poderiam existir mais ações como essas. Essa formação complementar é muito importante; além de nós, alunos, fazemos parte de um processo de modificação de uma realidade” (Entrevista).

A experiência fez com que mais alunos procurassem saber sobre as formas de participação das atividades do Escritório Escola. Isso evidencia o papel do arquiteto, como enfatiza Alejandro Aravena:

O desafio para a profissão é participar das perguntas transversais cotidianas, que têm a ver com o desenvolvimento, a pobreza, a segurança... e contribuir para essas perguntas específicas com o conhecimento específico do projeto, o manejo estratégico das formas, um manejo da forma que deve verificar-se fora de seu próprio sistema de referências e da nossa própria categoria (ARAVENA, 2008, p.166, **tradução nossa**).

Nesse caso, a relação escola-comunidade deve ser vista não somente de uma forma entre prestador de serviço e cliente, mas como uma oportunidade de discussão a respeito dos desgastes e dinâmicas socioeconômicas geradas no espaço urbano e da materialização delas, bem como evidenciar o papel do arquiteto no processo de sensibilização da comunidade.

Por outro lado, é importante ressaltar que a execução da referida obra resultante do projeto que teve a participação dos alunos só foi possível graças ao cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre o IPHAN e a Construtora Escudo em março de 2015 que obrigou esta empresa a realizar a obra em questão como compensação de um dano ambiental causado por uma irregularidade na execução de outra obra da empresa.

### **3 | PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA COMO EXPERIÊNCIA ACADÊMICA**

O processo de construção da proposta inicia-se em março de 2015 com a participação dos cinco alunos do Escritório Escola em quatro reuniões com a comunidade e realização do levantamento físico do espaço para definição dos potenciais do objeto

de intervenção. Com este propósito, a União de Moradores do Centro Histórico auxiliou o processo de inserção dos alunos no bairro, sendo a principal interlocutora entre os acadêmicos e os moradores para a elaboração do Programa de Necessidades, o qual conta com quadra poliesportiva, pista de caminhada, academia para pessoas idosas, posto policial, áreas de descanso com bancos e vegetação arbórea.

Com o levantamento físico e o Programa de Necessidades em mãos, os alunos elaboraram estudos preliminares, os quais foram apresentados à comunidade em reunião do núcleo gestor do centro histórico e aos órgãos públicos de proteção, a saber, Fundação Municipal de Patrimônio Histórico e IPHAN, para que se dirimissem quaisquer dúvidas e se realizassem as alterações necessárias. Importante ressaltar que a apresentação foi realizada pelos próprios alunos, os quais puderam experimentar o processo real atrelado aos referidos órgãos.

Posteriormente, após a realização das devidas alterações, o grupo de alunos elaborou o projeto executivo, bem como sua adequação ao orçamento proposto pelo órgão executor. A execução foi acompanhada pelos alunos e pelos orientadores do Escritório Escola, professores Agnes Thompson e Rogério Lima, por um período de quatro meses, sendo realizados relatórios fotográficos para reconhecimento das diversas etapas compreendidas (figura 06).



Figura 06: Quadra da praça durante acompanhamento de obra em 22 de julho de 2015.

Fonte: Natália Murad Schmitt, 2015.

Paralelamente, foram realizados três dias de oficinas de capacitação e sensibilização (figura 07) com 35 crianças e jovens da comunidade entre 07 e 15 anos, com o objetivo de se elencarem elementos do bairro que fossem referenciais positivos para o fortalecimento da autoestima dos mesmos. Importante enfatizar que os alunos que fizeram parte da etapa de projeto, bem como aqueles que cumpriam estágio obrigatório por meio do Escritório Escola foram tutores nas oficinas.



Figura 07: Oficina de capacitação e sensibilização no Convento da Mercês.

Fonte: Própria, 2015.

Essas oficinas objetivaram a capacitação das crianças e jovens para o desenvolvimento de um painel artístico urbano com o apoio de uma equipe de artistas locais, o grupo de arte pública Porcolitos. Esse painel foi pintado pelas crianças e jovens que participaram da oficina, auxiliados pelos acadêmicos de Arquitetura e coordenados pelo grupo Porcolitos (figura 08).



Figura 08: Pintura do painel pelos jovens da comunidade.

Fonte: Própria, 2015.

Após a entrega da obra, no primeiro semestre de 2016, alunos da disciplina “Leitura e Intervenção na Paisagem das Cidades”, ministrada pelo professor Aquiles Andrade, avaliaram o pós-uso da praça e perceberam a existência de um comitê gestor do logradouro, percebendo a maneira com que os moradores se apropriaram do espaço livre.

#### 4 | RESULTADOS OBTIDOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do processo relatado, percebeu-se que há um interesse por parte dos alunos em dialogar com outras esferas de trabalho do arquiteto que não aquelas

tradicionalmente trabalhadas no âmbito da experiência acadêmica.

A oportunidade de se relacionarem, primeiramente, com pessoas de outros meios e, em segundo, com realidades distintas daquelas apresentadas pela cidade formal, fazem com que a experiência seja enriquecedora não só enquanto aprendizado profissional, mas, sobretudo, como conhecimento de vida.

O olhar sobre a alteridade permite colocar-se no lugar do outro, o que, por sua vez, leva a um pensamento crítico quanto a prática de projeto, pois parte-se do princípio de que as necessidades do cliente nem sempre são aquelas previstas pelo imaginário do arquiteto, o qual prescindir da vivência do espaço em todas as suas esferas.

Vale ressaltar o engajamento dos alunos que participaram do projeto, do começo ao fim, os quais continuaram a procurar por atividades dentro do Escritório Escola. Já aqueles que se envolveram apenas na etapa da oficina de três dias, sem entender o processo como um todo, participaram com a devida distância do olhar desconhecido, mas percebendo a importância do processo para a garantia de acessibilidade física e simbólica da cidade.

Por outro lado, o fato da comunidade, em diversas etapas do processo – estabelecimento do programa de necessidades, aprovação dos estudos, pintura do painel artístico – ter participado do processo, fortalece o sentimento de pertença da praça. Há uma preocupação com o zelo, um cuidado por aquilo que é, naquele momento, um bem coletivo, onde todos devem cuidar para que não retorne aos usos passados.

Isso fica evidente quando por iniciativa própria, segundo relatos de líderes comunitários, um grupo que jogava futebol na quadra quebra o vidro da janela do posto policial; e resolve, além de pagar o conserto, instalar uma grade para que não haja recorrência do fato.

Ou ainda pelo painel continuar intacto, sem nenhum tipo de depredação, simbolizando para quem passar em frente, as riquezas daquele bairro, sua história e sua cultura. Atitudes como essas são provas concretas de que é possível associar o cumprimento da função social da cidade à possibilidade de estratégia local de convívio e inclusão no espaço público com qualidade ambiental, ainda atreladas a função social do arquiteto (ou de estudantes de arquitetura).

Corroborando para a compreensão do sucesso do trabalho realizado, os alunos da disciplina de Leitura e Intervenção na Paisagem das Cidades do sétimo período do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade CEUMA verificaram por meio de uma Avaliação Pós-ocupação realizada em março de 2016 que o grau de satisfação dos usuários era bastante positivo e que a infraestrutura proposta estava adequada aos usos consolidados a partir das suas demandas.

## REFERÊNCIAS

ARAVENA, Alejandro. La ciudad como fuente de equidade. In: BALLESTEROS, Mario et. al. **Verb Crisis**. Barcelona: Actar, 2008, p.160-167.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Lei nº10.257, de julho de 2001. Dispõe sobre as políticas urbanas e dá outras providências. Brasília-DF, 2001.

BRASIL. Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. Brasília, DF, 2008.

DE OLIVEIRA, Isi Monelline Figueiredo. **A importância da participação enquanto experiência acadêmica**. Entrevista concedida a Agnes Leite Thompson Dantas Ferreira Thompson, São Luís, 26 nov. 2015.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, n.14 (4), p.21-33, 2000.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-37-6

